



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

LUIS FERNANDO SANTOS DA SILVA

**AS BIBLIOTECAS ESCOLARES NO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO DE
ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília
2024

CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

LUIS FERNANDO SANTOS DA SILVA

**AS BIBLIOTECAS ESCOLARES NO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO DE
ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para
aprovação no curso de graduação em
Biblioteconomia.

Orientador (a): Profa. Dra. Kelley Cristine
Gonçalves Dias Gasque

Brasília

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: As bibliotecas escolares no planejamento pedagógico de escolas públicas no Distrito Federal.

Autor(a): Luís Fernando Santos da Silva

Monografia apresentada em **23 de outubro de 2024** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Greyciane Souza Lins



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia do Vale Caribe, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/10/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 29/10/2024, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 29/10/2024, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11754087** e o código CRC **53193169**.

CIP - Catalogação na Publicação

S586b Silva, Luis Fernando Santos da.
AS BIBLIOTECAS ESCOLARES NO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO DE
ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL / Luis Fernando Santos
da Silva; orientador Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque.
-- Brasília, 2024.
52 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade
de Brasília, 2024.

1. Biblioteca escolar. 2. Projeto político pedagógico. 3.
Planejamento escolar. I. Gasque, Kelley Cristine Gonçalves
Dias, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Para todos os que dedicam suas vidas à nobre arte de educar e ao zelo pelo conhecimento. Aos bibliotecários, os guardiões das histórias e dos saberes, que com tanta dedicação organizam, preservam e disseminam o conhecimento, tornando acessível a todos a informação. Aos professores, que plantam as sementes do saber, cultivando mentes curiosas e formando cidadãos conscientes. Que o seu trabalho, repleto de desafios, continue iluminando caminhos, inspirando novas gerações e perpetuando o valor inestimável da educação e da cultura em nosso país.

Com satisfação e respeito, dedico este trabalho a todos vocês, verdadeiros construtores do futuro.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos vão para a pessoa que foi a centelha de todo esse trabalho, quem me deu inspiração, força e confiança para realizar esta pesquisa, a pessoa que esteve do meu lado em todos os momentos de escrita, de revisão e de lamentações, há quem eu devo não só meus agradecimentos, mas meu amor também, à minha namorada, melhor amiga, confidente e musa inspiradora, Stefane, meu presente e futuro.

Não poderia também deixar de ser muito grato à professora Kelley, por aceitar essa empreitada, por ter paciência durante todo o processo e não ter desistido de me orientar. Pode não ter sido uma experiência tão ortodoxa, mas no fim a obra se concretizou graças às suas orientações e contribuições.

E é claro que eu não posso deixar de agradecer a minha mãe, Dona Jô e a minha irmã Flávia, que desde o início da minha graduação foram meu principal suporte para continuar por esse caminho até o fim, tudo que tenho é graças a elas e sem elas eu não seria nada.

Quisera eu poder proporcionar essas experiências para alguém um dia...

*“Com o cheiro doce da arruda
Penso em Buda calmo
Tenso, busco uma ajuda, às vezes me vem um Salmo
Tira a visão que iluda, é tipo um oftalmo
E eu, que vejo além de um palmo
Por mim, 'to Ubuntu, algo almo
Se for pra crer num terreno
Só no que nós 'tá vendo memo'
Resumo do plano é baixo, pequeno e mundano
Sujo, inferno e veneno
Frio, inverno e sereno
Repressão e regressão
É um luxo ter calma e a vida escalda
Tento ler almas pra além da pressão
Nações em declive na mão desse Barrabás
Onde o milagre jaz
Só prova a **urgência de livros** perante o estrago que um sábio faz
Imersos em dívidas ávidas
Sem noção do que são dádivas
No tempo onde a única que ainda corre livre aqui são as suas lágrimas
E eu voltei pra matar tipo infarto
Depois fazer renascer, estilo parto
Eu me refaço, fato, descarto
De pé no chão, homem comum
Se a benção vem a mim, reparto
Invado cela, sala, quarto
Rodeio o globo, hoje 'to certo
De que todo mundo é um”*

(Emicida, Principia)

RESUMO

A biblioteca escolar desempenha um papel fundamental na formação educacional dos estudantes, oferecendo acesso a diversos recursos informacionais, que complementam e enriquecem o currículo escolar, além de oferecer oportunidades para o desenvolvimento de competências informacionais e promoção de experiências culturais. Neste cenário os Projetos Políticos Pedagógicos ofereceram a oportunidade de observação do contexto escolar. Este trabalho visa analisar como as bibliotecas escolares são consideradas no planejamento das escolas públicas do Distrito Federal. Os objetivos específicos foram: identificar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas públicas vinculados a cinco Regiões Administrativas do Distrito Federal; Investigar a estrutura física, o acervo disponível, e os recursos humanos e tecnológicos presentes nas bibliotecas escolares das escolas públicas do Distrito Federal. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, utilizou a análise de conteúdo como principal método de tratamento de dados, centrando-se nos Projetos Políticos Pedagógicos de 30 escolas distribuídas em cinco Regiões Administrativas. Os resultados evidenciam a importância das bibliotecas como espaços de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, destacando a necessidade de uma maior integração dessas unidades no planejamento escolar, conforme previsto na legislação vigente. A análise dos documentos revelou, entre outros aspectos, a variação na denominação e estrutura das bibliotecas escolares, com algumas sendo referidas como "Sala de leitura" e não tendo disponibilidade de recursos. As conclusões apontam para a urgência de políticas que fortaleçam as bibliotecas como centros de promoção da inclusão educacional e do desenvolvimento do letramento informacional dos estudantes.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Projeto político pedagógico. Planejamento escolar.

ABSTRACT

The school library plays a fundamental role in the education of students, offering access to various information resources that complement and enrich the school curriculum, as well as providing opportunities for the development of information skills and the promotion of cultural experiences. This work aims to analyze how school libraries are considered in the planning of public schools in the Federal District. The specific objectives were: to identify the Political Pedagogical Projects (PPPs) of public schools linked to five Administrative Regions of the Federal District; to investigate the physical structure, the available collection, and the human and technological resources present in the school libraries of public schools in the Federal District. The research, of a qualitative approach and descriptive nature, used content analysis as the main method of data collection, focusing on the Pedagogical Political Projects of 30 schools distributed in five Administrative Regions. The results show the importance of libraries as support spaces for the teaching-learning process, highlighting the need for greater integration of these units in school planning, as provided for in current legislation. The analysis of the documents revealed, among other aspects, the variation in the name and structure of school libraries, with some being referred to as “reading rooms” and not having resources available. The conclusions point to the urgent need for policies that strengthen libraries as centers for promoting educational inclusion and developing students' information literacy.

Keywords: School library. Political pedagogical Project. School planning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema.....	12
1.2 Objetivos.....	12
1.3 Justificativa.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1 A Importância das Bibliotecas Escolares.....	15
2.1.1 Letramento Informacional, Leitura e o estímulo à cultura.....	19
2.2 Planejamento Escolar e Bibliotecas.....	22
2.2.1 O planejamento Escolar e a integração das bibliotecas escolares.....	23
2.2.2 Políticas Públicas para Bibliotecas Escolares.....	26
2.3 Desafios e Barreiras.....	29
3 METODOLOGIA.....	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
4.1 Denominações.....	39
4.2 Estrutura física.....	41
4.3 Acervo e recursos pedagógicos.....	42
4.4 Profissionais atuando nas bibliotecas.....	44
4.5 Breves recomendações para melhoria das bibliotecas escolares do sistema público do Distrito Federal.....	46
5 CONCLUSÃO.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CED - Centro Educacional

CEF - Centro de Ensino Fundamental

CEM - Centro de Ensino Médio

CFB - Conselho Federal de Biblioteconomia

CRB - Conselho Regional de Biblioteconomia

CRB-1 - Conselho Regional de Biblioteconomia - 1ª Região

EC - Escola Classe

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias)

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PPP - Projeto Político Pedagógico

RA - Região Administrativa

SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SNBE - Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares

TIC - Tecnologia da informação e comunicações

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares desempenham um papel indispensável no ambiente educacional, sendo consideradas espaços essenciais para a promoção da leitura, da pesquisa e do desenvolvimento do letramento informacional. No contexto das escolas públicas do Distrito Federal, a importância das bibliotecas se torna ainda mais evidente diante dos desafios enfrentados pelo sistema educacional. Segundo Campello (2009), uma biblioteca escolar bem estruturada e integrada ao planejamento pedagógico pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos críticos e autônomos, capazes de lidar com a abundância de informações disponíveis na sociedade contemporânea.

No entanto, apesar de seu potencial transformador, muitas bibliotecas escolares no Distrito Federal enfrentam problemas estruturais e de gestão que impedem o pleno funcionamento. De acordo com Silva e Pereira (2016), a falta de recursos financeiros, a ausência de políticas públicas específicas e a carência de profissionais qualificados são alguns dos principais obstáculos que comprometem a eficiência das bibliotecas escolares na região. Essa situação é agravada pela subutilização desses espaços que, muitas vezes, não estão devidamente integrados ao planejamento educacional das escolas, resultando em uma oportunidade perdida de enriquecer a experiência de aprendizagem dos estudantes (Ferreira, 2014).

A integração das bibliotecas escolares no planejamento pedagógico é um aspecto importante, que necessita de maior atenção por parte dos gestores e formuladores de políticas educacionais. Moran (2013) destaca que uma biblioteca escolar ativa e bem gerida pode melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais como a leitura crítica, a pesquisa científica e o uso responsável da informação. Nesse sentido, é imperativo que as bibliotecas sejam vistas não apenas como locais de armazenagem de livros, mas como centros de aprendizagens dinâmicas, capazes de oferecer suporte significativo às atividades curriculares e extracurriculares (Almeida; Vieira, 2018).

Dessa forma, o trabalho analisa como as bibliotecas escolares são consideradas no planejamento das escolas públicas do Distrito Federal, investigando sua presença e descrição nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas. A pesquisa busca compreender as principais dificuldades enfrentadas na integração

dessas bibliotecas no contexto escolar, acerca da infraestrutura, recursos e atuação de bibliotecários, bem como propor estratégias que possam possibilitar seu uso e eficácia. Ao proporcionar uma visão sobre a situação atual das bibliotecas escolares do Distrito Federal, esta pesquisa pretende contribuir para a melhoria da educação pública, promovendo práticas que valorizem e integrem plenamente esses importantes recursos educacionais (Lopes; Rocha, 2017).

1.1 Problema

Como as bibliotecas escolares são consideradas no planejamento das escolas públicas do Distrito Federal?

1.2 Objetivos

Objetivo Geral

Analisar como as bibliotecas escolares são consideradas no planejamento das escolas públicas do Distrito Federal.

Objetivos específicos

- Identificar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas públicas, vinculados a cinco Regiões Administrativas do Distrito Federal.
- Investigar a estrutura física, o acervo disponível, e os recursos humanos e tecnológicos presentes nas bibliotecas escolares das escolas públicas do Distrito Federal.
- Verificar como as bibliotecas escolares são mencionadas e integradas às atividades curriculares e extracurriculares por meio de documentos oficiais e planos pedagógicos das escolas.

1.3 Justificativa

A biblioteca escolar tem o potencial de maximizar a aprendizagem discente, segundo o Manifesto da Biblioteca Escolar da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) (2021), as bibliotecas escolares são essenciais para o desenvolvimento do letramento, o pensamento crítico e a cidadania global. Elas oferecem acesso a uma vasta gama de recursos de aprendizado, com objetivo de garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham a oportunidade de crescer pedagógica e pessoalmente. Além disso, as bibliotecas

escolares apoiam as metas educativas, culturais e sociais, e devem ser gerenciadas por profissionais qualificados. A colaboração com a comunidade escolar e a integração com outras bibliotecas reforçam sua importância como parte de uma rede educativa mais ampla. O financiamento adequado e o suporte institucional são fundamentais para a sustentabilidade desses programas, que devem estar alinhados com os direitos humanos e o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos.

No contexto das escolas públicas do Distrito Federal, a biblioteca tem o potencial de ser um espaço de aprendizagem multifuncional, que não apenas apoia a aquisição de conhecimentos, mas também fomenta o desenvolvimento de habilidades críticas, como a leitura, a pesquisa e o pensamento crítico (Santos; Macedo, 2012). A ausência de um planejamento estratégico que inclua as bibliotecas pode resultar em sua subutilização, comprometendo o desenvolvimento pleno das capacidades dos estudantes e a qualidade do ensino oferecido (Ferreira, 2014).

Assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender a contribuição das bibliotecas escolares no planejamento educacional das escolas públicas do Distrito Federal. Tal entendimento é essencial para identificar as lacunas existentes e propor melhorias concretas. A integração efetiva das bibliotecas no planejamento escolar pode transformar esses espaços em centros de aprendizagem ativos, com a promoção de um ambiente educativo mais dinâmico e inclusivo (Almeida; Vieira, 2018).

A partir dessa análise, será possível identificar as melhores práticas e propor recomendações que possam ser adotadas pelas escolas e pelo sistema educacional do Distrito Federal para maximizar o impacto positivo das bibliotecas no processo educacional (Lopes; Rocha, 2017).

Portanto, o estudo não apenas é relevante no que tange o fortalecimento das bibliotecas escolares, como também pelo potencial de contribuição para a melhoria da qualidade da educação pública. A pesquisa busca oferecer *insights* valiosos para gestores escolares, professores, bibliotecários e formuladores de políticas educacionais, orientando ações que possam garantir que as bibliotecas sejam plenamente aproveitadas como recursos essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes (Melo, 2015).

Em suma, ao investigar o papel das bibliotecas escolares no planejamento educacional e seu impacto na qualidade do ensino e na formação dos estudantes, esta pesquisa contribuirá para a construção de um sistema educacional mais eficiente e equitativo no Distrito Federal, no qual todos os estudantes poderão ter acesso a oportunidades para uma aprendizagem enriquecedora e transformadora.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Importância das Bibliotecas Escolares

As bibliotecas escolares têm múltiplas funções que vão além da simples disponibilização de livros. Segundo Santos e Macedo (2012), esses espaços são essenciais para promover a leitura, a pesquisa e o acesso à informação, possibilitando aos estudantes ampliarem os horizontes intelectuais e desenvolver uma visão crítica do mundo. Além disso, as bibliotecas escolares contribuem para a formação de hábitos de leitura, para o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos estudantes em relação ao próprio aprendizado. Conforme o Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares, produzido pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), em conjunto com a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), em 1999, as bibliotecas escolares têm como objetivos:

- apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- desenvolver e manter o prazer da leitura e da aprendizagem nas crianças, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e ao uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
- apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- prover acesso aos recursos informacionais existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões;
- organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como sensibilidade;
- trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola; proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu redor.

À biblioteca escolar cumpre exercer todas essas funções, por meio de políticas e serviços; seleção e aquisição de recursos; provimento do acesso físico e intelectual a fontes adequadas de informação; fornecimento de instalações voltadas à instrução; contratação de pessoal treinado. (IFLA/UNESCO, 1999)

O Manifesto IFLA/UNESCO (1999) para Biblioteca Escolar destaca a importância multifacetada das bibliotecas escolares no desenvolvimento educacional e social dos alunos. A passagem sublinha que a biblioteca escolar não é apenas um

repositório de livros, mas uma instituição vital para o ensino do letramento informacional, da competência na leitura e escrita e do uso da informação.

Os objetivos elencados no manifesto enfatizam o papel da biblioteca escolar em apoiar e intensificar os objetivos educacionais da escola, integrando-se plenamente ao currículo e à missão educacional. Isso envolve fomentar nas crianças o hábito e o prazer pela leitura e pela aprendizagem, incentivando o uso contínuo dos recursos da biblioteca ao longo da vida. Essa ênfase no desenvolvimento contínuo da leitura reflete a visão de que a biblioteca deve ser um ponto central na promoção de hábitos de leitura que durem toda a vida. Organizar atividades que promovam a consciência cultural e social também é um aspecto importante destacado no manifesto. A biblioteca deve ser um espaço onde os alunos possam desenvolver a sensibilidade cultural e social, preparando-se para uma cidadania responsável e crítica.

Além disso, a biblioteca escolar oferece oportunidades para a produção e o uso da informação ao promover atividades que vão além do acesso aos livros, englobando o conhecimento, a compreensão, a imaginação e o entretenimento. Essa função é essencial para formar indivíduos capazes de pensar criticamente e de utilizar a informação de maneira eficaz e ética.

Para Gasque (2013), a integração da biblioteca escolar ao currículo educacional possibilita transformá-la em um Centro de Recursos de Aprendizagem. Essa integração requer que a escola adote abordagens pedagógicas, que privilegiam a pesquisa, a resolução de problemas e o protagonismo do estudante. Além disso, a autora discute a necessidade de infraestrutura adequada e de um acervo atualizado, ressaltando que "o acesso à informação vincula-se a uma estrutura informacional adequada, com acervo organizado, diversificado e atualizado" (Gasque, 2013, p. 146). Adicionalmente, destaca, também, o papel dos bibliotecários como mediadores no processo de transformação da informação em conhecimento.

A autora ainda explora as mudanças necessárias para que as bibliotecas escolares se tornem relevantes no século XXI ao enfatizar a importância de transformá-las em ambientes que incentivam a investigação, a criatividade e o pensamento crítico. Ressalta, também, a necessidade de parcerias entre bibliotecários e educadores para integrar efetivamente os recursos da biblioteca ao currículo escolar, afirmando que "é fundamental que as bibliotecas escolares

estabeleçam parcerias com os educadores para que possam desempenhar um papel efetivo no processo educativo" (Gasque, 2013, p. 14).

Outro benefício das bibliotecas escolares é a possibilidade de inclusão e da equidade educacional. Conforme apontado por Moran (2013), as bibliotecas oferecem acesso aos recursos educacionais para todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica ou nível de habilidade. Essa democratização do acesso à informação é essencial para garantir que todos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

A Lei n.º 12.244/2010 marca um passo significativo em direção à valorização das bibliotecas escolares no Brasil, ao determinar que todas as instituições de ensino mantenham uma biblioteca devidamente equipada, com acervo diversificado e atualizado, e com profissionais capacitados para sua gestão (Brasil, 2010). O objetivo central da lei é garantir o direito de acesso à informação e ao conhecimento ao reconhecer as bibliotecas escolares como elementos essenciais no processo de formação educacional e cultural dos alunos. A legislação busca promover o hábito da leitura e facilitar o acesso a materiais de pesquisa, que enriqueçam o aprendizado.

Segundo o texto da lei, todas as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, devem possuir uma biblioteca em funcionamento a partir de sua publicação, ou seja, até maio de 2024. Porém, esse prazo foi prorrogado pela Lei n.º 13.005/ 2014 (Plano Nacional de Educação) para 2025. Essa exigência visa democratizar o acesso à informação e promover a igualdade de oportunidades no ambiente escolar (Brasil, 2010, Art. 1).

Recentemente, em 2024, essa lei foi atualizada pela Lei n.º 14.837, de 2024, que designa a biblioteca escolar como:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são:

I - disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;

II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita;

III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem;

IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios.

Parágrafo único. (Revogado).

Art. 2º-A Fica criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), com as seguintes funções básicas:

I - incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do País;

II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;

III - definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, com base no número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e nas especificidades da realidade local;

IV - implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares que contemple ações de ampliação, de guarda, de preservação, de organização e de funcionamento;

V - desenvolver atividades de treinamento e de qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas escolares;

VI - integrar todas as bibliotecas escolares do País na rede mundial de computadores e manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas dos respectivos sistemas de ensino;

VII - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e a atualização de acervos, mediante apoio técnico e financeiro da União aos sistemas estaduais e municipais de ensino;

VIII - favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino, para que os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas;

IX - firmar convênios com entidades culturais, com vistas à ampliação do acervo das bibliotecas escolares e à promoção de atividades que contribuam para o desenvolvimento da leitura nas escolas;

X - estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, em atenção ao princípio da acessibilidade, a fim de que se constituam espaços inclusivos.

Parágrafo único. Respeitado o princípio federativo, o SNBE atuará para fortalecer os respectivos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) por meio do art. 2-A da Lei n.º 14.837, de 2024, representa um avanço significativo para o sistema educacional brasileiro. Ao integrar as bibliotecas escolares em uma rede nacional, esse sistema facilita a disseminação de boas práticas, a otimização de recursos e o aumento da eficiência na gestão das bibliotecas. Além disso, o SNBE contribui para a democratização do acesso à informação ao garantir que os estudantes, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenham acesso a um ambiente educacional enriquecedor.

O SNBE busca promover a igualdade de oportunidades educacionais e o desenvolvimento de competências informacionais, essenciais para a formação de cidadãos críticos e bem-informados.

A implementação dessa lei pode ser vista como uma estratégia para melhorar a qualidade da educação no Brasil. Isso porque as bibliotecas escolares são cruciais para a promoção da leitura, formação de cidadãos críticos e para o desenvolvimento das habilidades informacionais, essenciais para o sucesso acadêmico e profissional.

No que diz respeito ao contexto do Distrito Federal, há a Portaria n.º 15, de 11 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o regimento escolar do Distrito Federal. Em seus artigos 135 e 136, é ressaltada a importância dos recursos e espaços dedicados ao processo de ensino e aprendizagem nas instituições escolares. O artigo 135 enfatiza que qualquer unidade escolar, independentemente da etapa ou modalidade de ensino oferecida, deve fornecer os recursos necessários para apoiar o desenvolvimento, o enriquecimento e a avaliação do processo educativo. Isso inclui, mas não se limita, as tecnologias, os materiais pedagógicos, os equipamentos e demais ferramentas que possibilitam um ambiente de aprendizagem adequado.

O artigo 136 complementa essa ideia ao definir como espaços essenciais para o ensino-aprendizagem as bibliotecas escolares, as salas de leitura, as bibliotecas escolares comunitárias, os laboratórios, as salas de recursos e outros espaços multiúso. Tais ambientes são considerados fundamentais, pois oferecem infraestrutura e oportunidades variadas para a construção do conhecimento, colaborando diretamente para o desenvolvimento integral dos estudantes.

2.1.1 Letramento Informacional, Leitura e o estímulo à cultura

Um aspecto fundamental das bibliotecas escolares é o desenvolvimento das competências informacionais dos estudantes. De acordo com Almeida e Vieira (2018), as bibliotecas proporcionam um ambiente propício para que os estudantes aprendam a localizar, avaliar e utilizar, eficazmente, as informações disponíveis, capacitando-os a se tornarem cidadãos informados e críticos para viverem em sociedade cada vez mais complexa e tecnológica.

Marques e Gasque (2023) enfatizam que o letramento informacional envolve a capacidade de localizar, avaliar e utilizar informações de forma eficaz e ética. No contexto atual, marcado pela abundância de informações e pela disseminação de

desinformação, a habilidade de discernir informações confiáveis é mais relevante do que nunca.

O letramento informacional deve ser integrado ao currículo escolar para preparar os alunos para os desafios do século XXI. Isso implica em ensinar os estudantes a utilizarem diversas fontes de informação, a reconhecerem vieses e a aplicarem o pensamento crítico em suas pesquisas acadêmicas e na vida cotidiana (Gasque; Fialho, 2017).

Reconhecer os diferentes estilos de aprendizagem dos alunos é essencial para o sucesso das atividades de letramento informacional na biblioteca escolar. Marques e Gasque (2023) discutem a influência dos estilos de aprendizagem na aplicação de atividades de letramento, destacando a importância de adaptar as abordagens pedagógicas para atender às necessidades individuais dos estudantes.

A personalização das atividades de letramento informacional permite que cada aluno explore suas preferências e potencialidades, tornando o aprendizado mais eficaz e significativo. Gasque (2017) enfatiza que, ao considerar as particularidades dos estilos de aprendizagem, o bibliotecário pode criar um ambiente de ensino mais inclusivo e motivador, promovendo o engajamento e a autonomia dos alunos.

Assim, o bibliotecário escolar precisa atuar como um mediador no processo de letramento informacional. Azevedo e Ogécime (2020) apontam que o bibliotecário deve assumir um papel ativo na orientação dos alunos, auxiliando-os na busca e no uso de informações, bem como na construção de conhecimento. Esse profissional deve possuir competências em informação e habilidades pedagógicas para orientar os estudantes no desenvolvimento de competências informacionais.

Além disso, Ribeiro e Cruz (2023) destacam a importância do bibliotecário em tempos de desinformação. O bibliotecário escolar pode desempenhar um papel educativo ao ensinar os alunos a identificarem *fake news* e a adotarem uma postura crítica diante das informações que consomem.

Outra função importante das bibliotecas escolares diz respeito à leitura, que é uma habilidade fundamental, que permeia todas as disciplinas e áreas do conhecimento. Conforme Nunes e Santos (2020), a mediação da leitura na biblioteca escolar promove a formação de leitores autônomos e críticos, visto que tal prática não apenas amplia o vocabulário e a compreensão textual dos estudantes, mas também estimula a imaginação, a empatia e a capacidade de argumentação.

A leitura é um pilar essencial no desenvolvimento educacional e social dos indivíduos. Segundo Corrêa e Doro (2023), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) tem desempenhado um papel fundamental na promoção da formação de leitores no Brasil, refletindo o impacto duradouro das políticas públicas na educação. A leitura não apenas enriquece o vocabulário e melhora a compreensão textual, mas também amplia os horizontes culturais, permitindo que os leitores adquiram uma visão mais crítica e informada sobre o mundo ao seu redor.

Corrêa e Doro (2023) destacam que o acesso a materiais didáticos de qualidade por meio de políticas públicas facilita o desenvolvimento de uma população mais instruída e consciente. A leitura estimula a curiosidade e o prazer pelo conhecimento, elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, a prática da leitura desde a infância é crucial para o desenvolvimento cognitivo e emocional, preparando os indivíduos para os desafios acadêmicos e profissionais futuros.

A leitura também desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades. O fortalecimento das bibliotecas escolares e o investimento em materiais de leitura são passos essenciais para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado. A leitura, como aponta Lopes e Souza (2023), é uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos críticos e participativos.

A cultura, por sua vez, é um componente vital na formação da identidade e no fortalecimento dos laços comunitários. Lopes e Souza (2023) evidenciam que as bibliotecas escolares, no contexto do projeto Palavras Andantes, projeto realizado nas bibliotecas da rede municipal de ensino de Londrina-PR nos inícios dos anos 2000 e vencedor do prêmio Viva Leitura em 2008, desempenham um papel crucial na promoção da coletividade e na preservação das tradições culturais. A cultura, acessada e valorizada por meio de espaços como as bibliotecas, promove a diversidade e enriquece a experiência humana.

Como enfatizam Lopes e Souza (2023), políticas públicas que incentivam a leitura e a disseminação cultural são fundamentais para a construção de um tecido social mais inclusivo e tolerante. A preservação e promoção da cultura são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade coesa e respeitosa das diferenças. As bibliotecas escolares atuam como guardiãs do patrimônio cultural,

facilitando o acesso a obras que refletem as diversas vozes e experiências de um povo.

Por fim, Lopes e Souza (2023) mostram que a valorização da cultura nas escolas é um caminho essencial para a consolidação de uma sociedade mais rica em conhecimento e diversidade, sendo a cultura uma fonte inesgotável de aprendizado e inspiração, estimulando a criatividade e o pensamento crítico. As bibliotecas escolares, ao promoverem a cultura, não só enriquecem o ambiente educacional, mas também desempenham um papel crucial na formação de indivíduos capazes de contribuir de maneira significativa para a sociedade.

As bibliotecas escolares não são apenas espaços de leitura e estudo, mas também centros de promoção cultural. Pajeú e Almeida (2020) argumentam que a mediação cultural na biblioteca escolar é fundamental para o enriquecimento do ambiente educativo e para a formação cultural dos estudantes. A biblioteca deve ser vista como um espaço dinâmico, onde atividades culturais, como apresentações artísticas, exposições e oficinas, são realizadas para engajar os alunos e a comunidade escolar.

Além disso, a biblioteca escolar deve refletir a diversidade cultural da sociedade e oferecer recursos que representem diferentes vozes e perspectivas. Miranda, Braga e Cavalcanti (2022) sugerem que a diversidade do acervo e das atividades culturais oferecidas pela biblioteca contribui para a inclusão e o respeito às diferenças, preparando os alunos para a convivência em um mundo plural e globalizado.

Em resumo, as bibliotecas escolares desempenham papel essencial na promoção do aprendizado e no desenvolvimento integral dos estudantes. Pois, além de fornecer acesso a recursos educacionais, esses espaços estimulam a formação de hábitos de leitura, a promoção da inclusão educacional e o desenvolvimento de letramento informacional, necessários ao sucesso acadêmico e profissional dos estudantes.

2.2 Planejamento Escolar e Bibliotecas

O planejamento escolar é um processo fundamental para garantir a eficácia e a qualidade do ensino oferecido pelas escolas. Sendo assim, a integração das bibliotecas escolares no planejamento pedagógico emerge sob uma ótica de

extrema relevância, uma vez que esses espaços desempenham um papel crucial no apoio ao processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento das competências dos estudantes (Lopes; Rocha, 2017).

2.2.1 O planejamento Escolar e a integração das bibliotecas escolares

O planejamento escolar garante a organização, a eficiência e a qualidade do ensino nas instituições educativas. Esse documento apresenta definições e objetivos, por meio da elaboração de estratégias e da distribuição de recursos, de maneira a atender às particularidades da comunidade escolar, assim como as metas pedagógicas a serem atingidas. Segundo Libâneo (2013), o planejamento escolar deve ser visto como um processo contínuo e participativo, que envolve todos os atores da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, estudantes e pais.

O planejamento escolar é definido como o processo de tomada de decisões que visa à organização e à administração do trabalho pedagógico na escola. Conforme destaca Libâneo (2013), o planejamento escolar é um meio de garantir a coerência e a consistência das ações educativas ao proporcionar uma base estruturada para a implementação das atividades didático-pedagógicas. A importância do planejamento escolar reside na capacidade de orientar e coordenar o trabalho dos professores e demais profissionais da educação, assegurando que estejam alinhados em relação aos objetivos e às metas estabelecidas pela instituição.

Ademais, o planejamento escolar é fundamental para a promoção da qualidade do ensino. Segundo Vieira (2018), um planejamento bem elaborado permite identificar as necessidades e as potencialidades da escola, bem como definir as estratégias mais adequadas para atender aos desafios educacionais. Ao proporcionar uma visão clara e estruturada das ações a serem desenvolvidas, o planejamento escolar contribui para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, promovendo um ambiente educativo mais eficaz e eficiente.

O planejamento escolar pode ser categorizado em diferentes tipos, conforme o nível de abrangência e o foco das ações planejadas. Segundo Veiga (2012), os principais tipos de planejamento escolar são: planejamento estratégico, planejamento tático e planejamento operacional.

O Planejamento Estratégico envolve a definição de objetivos de longo prazo e a elaboração de estratégias amplas para atingir essas metas. É um processo que considera o contexto interno e externo da escola, identificando oportunidades e ameaças, bem como pontos fortes e fracos. O planejamento estratégico é essencial para orientar a direção da escola e estabelecer as bases para o desenvolvimento de ações futuras (Veiga, 2012).

O Planejamento Tático centra-se em um horizonte de médio prazo e envolve a elaboração de planos e projetos específicos, que visam à implementação das estratégias definidas no planejamento estratégico. Este nível de planejamento é responsável por detalhar as ações e os recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos, assegurando a coerência e a integração das atividades pedagógicas (Vieira, 2018).

Por sua vez, o Planejamento Operacional tem um foco de curto prazo e envolve a organização das atividades diárias da escola. É neste nível que se concretizam as ações definidas nos planejamentos estratégico e tático, proporcionando um controle mais próximo e detalhado das atividades escolares (Libâneo, 2013).

O sucesso do planejamento escolar depende da participação e do comprometimento dos atores envolvidos no processo educativo. Segundo Oliveira (2014), a participação dos gestores escolares é crucial, pois são eles que coordenam e lideram o processo de planejamento ao assegurar que as metas e os objetivos estabelecidos sejam atingidos. Além disso, os professores desempenham um papel fundamental, pois são eles que implementam as ações planejadas em sala de aula, ajustando as estratégias de ensino às necessidades e características dos estudantes.

A participação dos estudantes e dos pais, também, auxilia no sucesso do planejamento escolar. Vieira (2018) destaca que a inclusão dos estudantes no processo de planejamento contribui para o desenvolvimento de um senso de responsabilidade e comprometimento com o próprio aprendizado. Da mesma forma, a participação dos pais fortalece a parceria entre a escola e a família, criando um ambiente de apoio mútuo, que favorece a aprendizagem.

A Lei n.º 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece diretrizes para a educação brasileira e destaca a importância da autonomia escolar, da responsabilidade docente e da gestão

democrática. O artigo 12 atribui às instituições de ensino a responsabilidade de elaborar e executar a proposta pedagógica, assegurando o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos. Adicionalmente, as instituições devem garantir meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento e promover um bom relacionamento entre a comunidade escolar e a sociedade (BRASIL, 1996).

O artigo 13 define as atribuições dos docentes, que incluem a elaboração e cumprimento do plano de trabalho, participação na elaboração da proposta pedagógica da escola e zelo pela aprendizagem dos alunos. Os professores são responsáveis por estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. Por fim, o artigo 14 destaca a importância da gestão democrática do ensino público, que deve ocorrer segundo as normas do sistema de ensino e as particularidades das escolas. As escolas públicas de educação básica têm autonomia para eleger seus diretores e devem assegurar a participação da comunidade escolar nos conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Portanto, os artigos 12, 13 e 14 da LDB são interligados, formando um sistema que promove a autonomia escolar, a responsabilidade docente e a gestão democrática. O artigo 12, ao atribuir às instituições a responsabilidade de elaborar suas propostas pedagógicas, complementa o artigo 14, que promove a gestão democrática, permitindo que as escolas tenham mais autonomia na tomada de decisões. O artigo 13 destaca o papel crucial dos professores na execução da proposta pedagógica e na promoção da aprendizagem, sendo os docentes peças-chave para que as instituições cumpram suas atribuições conforme estabelecido no artigo 12. A gestão democrática, prevista no artigo 14, exige a participação de toda a comunidade escolar, incluindo professores, alunos e pais, criando um ambiente de colaboração e corresponsabilidade, onde a autonomia e a responsabilidade mencionadas nos artigos 12 e 13 são exercidas de maneira coletiva e participativa.

A integração das bibliotecas no planejamento pedagógico é essencial para garantir que esses espaços sejam utilizados de forma eficaz e significativa no contexto escolar. Segundo Almeida e Vieira (2018), as bibliotecas escolares devem estar alinhadas com as diretrizes curriculares da escola, de modo a complementar e enriquecer as atividades desenvolvidas em sala de aula. Isso implica a definição de objetivos claros e específicos para o uso da biblioteca, assim como a elaboração de

estratégias e recursos, que promovam o pleno aproveitamento pelos estudantes e professores.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica orientam que as bibliotecas não sejam apenas locais de armazenamento de livros, mas sim ambientes dinâmicos, que incentivam a pesquisa, a troca de ideias e a construção do conhecimento. Elas enfatizam a necessidade de integrar a biblioteca ao projeto pedagógico da escola, promovendo o uso frequente desses espaços por parte dos alunos e professores. Ademais, as diretrizes sugerem que as bibliotecas escolares devem estar equipadas com um acervo diversificado e atualizado, além de recursos tecnológicos que ampliem as possibilidades de aprendizado e investigação científica dos estudantes (Brasil, 2013).

A integração das bibliotecas no planejamento escolar também envolve a elaboração de políticas e programas específicos que visam fortalecer esses espaços como centros de aprendizagem ativos. Conforme destacado por Ferreira (2014), é importante que as escolas desenvolvam planos de ação que contemplem a melhoria da infraestrutura das bibliotecas, a atualização do acervo, a formação continuada dos bibliotecários e o estímulo do uso desses espaços pelos estudantes e pela comunidade escolar.

Assim, o planejamento escolar é um processo complexo e multifacetado que requer a participação ativa de todos os atores envolvidos na educação. Um planejamento bem elaborado e implementado contribui para a promoção da qualidade do ensino, garantindo que a escola atenda às necessidades educacionais dos estudantes e alcance suas metas pedagógicas. Por sua vez, a integração da biblioteca escolar ao planejamento escolar possibilita o oferecimento de produtos e serviços que melhoram o desempenho dos estudantes na leitura, promovem o acesso à cultura e o aperfeiçoamento do processo de letramento informacional.

2.2.2 Políticas Públicas para Bibliotecas Escolares

Além do planejamento interno das escolas, a integração das bibliotecas no contexto educacional também depende de políticas públicas adequadas, que promovam o fortalecimento desses espaços. Segundo Silva e Pereira (2016), é fundamental que os órgãos responsáveis pela educação desenvolvam políticas específicas, que garantam o financiamento e a manutenção das bibliotecas

escolares, bem como a formação e capacitação dos profissionais que nela atuam. A criação de programas de incentivo à leitura e de parcerias com instituições públicas e privadas também podem contribuir para ampliar o acesso e o uso das bibliotecas escolares pela comunidade.

As políticas públicas para bibliotecas escolares auxiliam na promoção da leitura, do aprendizado e da inclusão digital. No Brasil, essas políticas são formuladas por meio de legislações, programas governamentais e das iniciativas locais, que visam fortalecer o papel das bibliotecas escolares como Centros de Recursos de Aprendizagem. Abaixo, estão algumas das principais políticas e iniciativas:

Lei n.º 12.244/2010 - Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Lei n.º 14.837/2024 - Altera a lei n.º 12.244/2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

- Objetivo: estabelece a obrigatoriedade de todas as instituições de ensino públicas e privadas do Brasil possuírem bibliotecas, com um acervo adequado para o número de alunos matriculados, além da criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), um enorme passo para o desenvolvimento das bibliotecas escolares.
- Impacto: Visa universalizar o acesso à leitura nas escolas, garantindo que todas as escolas tenham uma biblioteca bem equipada.

Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

- Objetivo: distribuir obras literárias, de pesquisa e de referência para escolas públicas de educação básica, contribuindo para a formação de acervos nas bibliotecas escolares.
- Funcionamento: a cada ano, o PNBE selecionou e distribuiu livros para diversas escolas em todo o país, promovendo a atualização e ampliação dos acervos.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi uma iniciativa fundamental do Ministério da Educação, que visava enriquecer o acervo das bibliotecas escolares das instituições públicas de ensino básico no Brasil. Criado

para democratizar o acesso à leitura e ao conhecimento, o PNBE distribui, anualmente, uma seleção diversificada de obras literárias, que inclui os livros de literatura infantil, juvenil e os clássicos da literatura nacional e internacional. O programa, também, promoveu a formação de leitores críticos, ao incentivar o hábito da leitura desde a infância. Ao garantir que os estudantes tenham acesso a um acervo variado e de qualidade, o PNBE contribui significativamente para a melhoria da educação pública no país, estimulando a criatividade e a imaginação dos alunos (Ministério da Educação, 2020).

Com o Decreto n.º 9.099, de 18 de julho de 2017, as ações anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foram unificadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), subordinado ao Ministério da Educação.

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)

- **Objetivo:** Complementar o PNBE, fornecendo livros didáticos e paradidáticos, além de outros materiais pedagógicos para escolas públicas.
- **Impacto:** Além dos livros didáticos, o PNLD também contribui com materiais de apoio à leitura e à formação continuada de professores.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é uma das mais importantes iniciativas do governo brasileiro para apoiar a educação pública, ao assegurar que estudantes e professores tenham acesso gratuito a materiais de ensino de qualidade. Coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa realiza a aquisição e distribuição de livros didáticos, obras literárias, dicionários e outros materiais de apoio pedagógico a escolas de todo o país. O PNLD busca atender às necessidades curriculares de cada etapa da educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, promovendo a igualdade de acesso aos recursos educacionais e contribuindo para a formação de uma educação mais inclusiva e equitativa. Ademais, o programa é atualizado periodicamente para acompanhar as mudanças nas diretrizes curriculares e incorporar novas tecnologias e abordagens pedagógicas, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas (Ministério da Educação, 2024).

Apesar das políticas existentes, as bibliotecas escolares enfrentam desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a ausência de profissionais qualificados e a necessidade de atualização constante dos acervos. No entanto, as políticas públicas continuam a evoluir ao buscar soluções para esses desafios e promover a importância das bibliotecas escolares como componente essencial do sistema educacional.

Assim, a integração das bibliotecas no planejamento escolar requer um esforço conjunto das escolas, dos gestores educacionais e dos formuladores de políticas públicas. Somente por meio de um planejamento estratégico e de políticas adequadas será possível potencializar o papel das bibliotecas como espaços de aprendizagem essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

2.3 Desafios e Barreiras

O contexto das bibliotecas escolares no planejamento das escolas públicas do Distrito Federal é permeado por uma série de desafios e barreiras que comprometem a efetividade desses espaços como recursos educacionais essenciais. Esses desafios abrangem desde aspectos estruturais e financeiros até problemas relacionados à formação de profissionais e à cultura escolar (Santos; Macedo, 2012). Os principais desafios estão vinculados à infraestrutura, aos recursos, à subutilização de bibliotecas e à formação dos bibliotecários.

Um dos principais desafios enfrentados pelas bibliotecas escolares é a falta de infraestrutura adequada e de recursos suficientes para garantir o seu pleno funcionamento. Segundo Silva e Pereira (2016), muitas bibliotecas apresentam condições precárias, com espaços inadequados, acervos desatualizados e falta de equipamentos e mobiliário adequados. Essa carência de recursos materiais compromete não apenas a qualidade dos serviços oferecidos pelas bibliotecas, mas também a capacidade de atrair o público estudantil.

Além da infraestrutura física, as bibliotecas escolares enfrentam desafios relacionados à disponibilidade de recursos humanos qualificados. Ferreira (2014) destaca a importância da formação e capacitação dos bibliotecários para o bom funcionamento desses espaços, ressaltando que muitas escolas enfrentam dificuldades para encontrar profissionais com o perfil adequado e para oferecer formação continuada aos que já atuam na área. A falta de bibliotecários qualificados

compromete a qualidade dos serviços oferecidos pelas bibliotecas e limita o seu potencial como espaços de aprendizagem.

As bibliotecas e o papel dos bibliotecários têm passado por transformações significativas ao longo das décadas no Brasil. Duas legislações em particular, a lei n.º 4.084/1962 e a lei n.º 9.674/1998 desempenharam papéis cruciais na regulamentação da profissão de bibliotecário e na definição das diretrizes para a prática dessa profissão no país.

A lei n.º 4.084, sancionada em 30 de junho de 1962, é uma das primeiras regulamentações que estabeleceu a profissão de bibliotecário no Brasil. Essa lei delinea as qualificações necessárias para a prática da biblioteconomia, as responsabilidades dos bibliotecários e o reconhecimento formal da profissão. A lei dispõe, em seu artigo 2º, que o exercício da profissão de bibliotecário é privativo dos portadores de diploma de curso superior em Biblioteconomia, devidamente registrado no Ministério da Educação e Cultura (Brasil, 1962). Isso não apenas institucionalizou a profissão, mas também destacou a importância de uma formação especializada para a prática da biblioteconomia. A regulamentação reforçou a necessidade de profissionais qualificados para gerir bibliotecas, planejar coleções e atender às necessidades informacionais dos usuários.

A lei n.º 4.084/1962 definiu um escopo abrangente para a atuação dos bibliotecários, incluindo atividades de planejamento, organização e direção de bibliotecas, centros de documentação e informações (Brasil, 1962). Dessa forma, a legislação não apenas reconheceu a profissão de bibliotecário, mas também a situou como essencial para o desenvolvimento educacional e cultural do país.

Essa regulamentação inicial foi um passo fundamental na profissionalização e valorização dos bibliotecários, garantindo que somente aqueles com a devida formação e conhecimento pudessem exercer as funções associadas a essa área. Como observa Santana (2015, p. 213), "a lei de 1962 foi um marco na profissionalização da biblioteconomia no Brasil, garantindo a inserção de profissionais qualificados nas bibliotecas".

Trinta e seis anos após a promulgação da primeira lei, a lei n.º 9.674 foi sancionada em 25 de junho de 1998. Ela atualiza e amplia as diretrizes estabelecidas pela legislação anterior. Essa nova lei veio para ajustar a profissão de bibliotecário às realidades contemporâneas e às mudanças tecnológicas, que

começaram a impactar significativamente o mundo da informação e do conhecimento.

A lei n.º 9.674/1998 ampliou as funções e responsabilidades dos bibliotecários ao incorporar o uso das novas tecnologias de informação e da comunicação no cotidiano das bibliotecas (Brasil, 1998). Com o avanço da era digital, tornou-se essencial que os bibliotecários não apenas dominassem as técnicas tradicionais de catalogação e arquivamento, mas também fossem proficientes no uso de ferramentas tecnológicas para a gestão de acervos digitais e para a promoção do acesso à informação. Outro aspecto importante desta lei é a reafirmação do papel dos bibliotecários na mediação da informação, essencial para o desenvolvimento do letramento informacional nas sociedades contemporâneas.

A lei n.º 9.674/1998, também, trouxe novas diretrizes para o registro profissional dos bibliotecários ao estipular a necessidade de registro nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia para o exercício da profissão (Brasil, 1998). Isso reforçou a supervisão e regulação profissional, assegurando que as práticas da biblioteconomia fossem realizadas dentro de padrões éticos e técnicos adequados.

A relevância do bibliotecário relaciona-se, também, à capacidade de colaborar com professores no processo de ensino-aprendizagem, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e integrado. Carvalho e Gasque (2018) argumentam que, ao desenvolver habilidades de letramento informacional, os bibliotecários podem atuar como facilitadores do conhecimento, auxiliando estudantes a se tornarem consumidores críticos de informação e preparados para enfrentar os desafios do século XXI. A colaboração entre bibliotecários e educadores é vista como uma estratégia vital para enriquecer o currículo escolar e fomentar a cultura de aprendizagem contínua. Portanto, a formação continuada desses profissionais não só potencializa suas funções tradicionais, mas também expande suas responsabilidades em um mundo cada vez mais para o aprendizado ao longo da vida.

Outro desafio enfrentado pelas bibliotecas escolares é a subutilização desses espaços pela comunidade escolar. Mesmo quando as bibliotecas dispõem de infraestrutura e recursos adequados, muitas vezes, elas não estão plenamente integradas às práticas educacionais da escola e ficam à margem das atividades curriculares e extracurriculares (Moran, 2013).

A formação e capacitação dos bibliotecários que atuam nas escolas também representam um desafio significativo. Segundo Almeida e Vieira (2018), muitos profissionais enfrentam dificuldades para atualizar os conhecimentos e habilidades, seja devido à falta de oferta de cursos e treinamentos específicos, seja devido à sobrecarga de trabalho e à falta de tempo para se dedicar à formação continuada. A formação inadequada dos bibliotecários compromete a qualidade dos serviços oferecidos pelas bibliotecas e a sua capacidade de atender às demandas dos estudantes e da comunidade escolar.

Sinteticamente, os desafios e barreiras enfrentados na elaboração do planejamento das escolas públicas do Distrito Federal e suas bibliotecas são diversos e complexos. Para superá-los, é necessário um esforço conjunto dos gestores educacionais, dos profissionais da área e da comunidade escolar, visando à promoção de políticas e práticas que fortaleçam esses espaços como recursos educacionais essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

3 METODOLOGIA

A metodologia é uma parte essencial de qualquer pesquisa, pois define os caminhos e procedimentos utilizados para alcançar os objetivos propostos. Neste capítulo, são descritos os métodos e técnicas empregados na realização desta pesquisa, que visa analisar como as bibliotecas escolares são consideradas no planejamento das escolas públicas do Distrito Federal. Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, a natureza descritiva deste faz uso da análise documental como principal técnica de coleta de dados.

A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão profunda e detalhada dos fenômenos estudados. Segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa é apropriada para explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social, ou humano. Neste caso, a abordagem qualitativa permite analisar as percepções e o ponto de vista dos gestores escolares, professores e comunidade escolar acerca do papel das bibliotecas escolares no planejamento educacional.

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de determinado fenômeno ou população. Segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa é adequado quando se pretende descrever, registrar, analisar e interpretar os fatos sem a intervenção do pesquisador. No contexto dessa pesquisa, a descrição da relevância das bibliotecas escolares no planejamento das escolas públicas do Distrito Federal permite observar melhor a situação atual e identificar possíveis lacunas.

Para a coleta de dados na presente pesquisa, foi utilizada a análise documental. De acordo com Cellard (2008), a análise documental é uma técnica de pesquisa que se baseia na consulta e interpretação de documentos relevantes para o tema estudado. Esta técnica é útil para compreender a contextualização administrativa e pedagógica do objeto de estudo. Nesse estudo foram utilizados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de 30 escolas públicas do Distrito Federal, vinculados a seis Regiões Administrativas do Distrito Federal: Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia, Paranoá, Planaltina e São Sebastião. Esses documentos técnicos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) encontram-se

disponíveis para consulta pública no site institucional da SEEDF¹; além de legislações relacionadas aos objetos de estudo (PPPs, bibliotecas escolares e bibliotecários) disponíveis para consulta pública no Repositório Institucional do Sistema CFB/CRB.

A análise dos dados coletados segue os princípios da análise de conteúdo. Esta técnica consiste em um conjunto de métodos de análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e, também, por meios indicadores a realização de inferências relativas às condições de produção ou recepção dessas mensagens, conforme descrito por Bardin (2016).

Os documentos foram analisados consoante as seguintes etapas:

1. **Pré-análise:** realização de leitura flutuante e a organização do material coletado, em seguida, foi elaborada uma tabela com a separação das escolas por Regiões Administrativas (RAs).
2. **Exploração do material:** a classificação dos dados foi realizada conforme as áreas-chave, previamente definidas, feitas com base nas Diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) para a biblioteca escolar e legislações pertinentes, depois, foram feitas a codificação e o agrupamento dos dados em categorias, que relacionam as semelhanças e diferenças encontradas no conteúdo analisado.
3. **Tratamento dos resultados e interpretação:** por fim, realizaram-se a análise dos dados codificados, a identificação de padrões e relações, e, depois, interpretação à luz do referencial teórico.

Os PPPs foram organizados conforme as regiões administrativas, no qual foram escolhidas aleatoriamente cinco escolas públicas (Quadro 1), contemplando duas etapas da educação básica: Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (Ensino Fundamental I e II) e Ensino Médio.

Quadro 1. Informações acerca das instituições escolhidas.

REGIONAL	UNIDADE ESCOLAR	ETAPA DA EDUCAÇÃO
CEILÂNDIA	EC JK Sol Nascente	Ensino Fundamental Anos Iniciais

¹SEEDF. Secretaria de Estado de Educação - SEEDF. c2024. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

	EC 40 Ceilândia	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	CEF 19 Ceilândia	Ensino Fundamental Anos Iniciais e/ou Finais
	CED 11 Ceilândia	Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
	CEM 12 Ceilândia	Ensino Médio
TAGUATINGA	EC 13 Taguatinga	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	EC 52 Taguatinga	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	CEF 08 Taguatinga	Ensino Fundamental Anos Iniciais e/ou Finais
	CED 04 Taguatinga	Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
	CEMEIT Taguatinga	Ensino Médio
BRAZLÂNDIA	EC 03 Brazlândia	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	EC Chapadinha Brazlândia	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	CEF 02 Brazlândia	Ensino Fundamental Anos Iniciais e/ou Finais
	CED Vendinha Brazlândia	Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
	CEM 01 Brazlândia	Ensino Médio
PARANOÁ	EC 02 Itapoã	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	EC 05 Paranoá	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	CEF 03 Paranoá	Ensino Fundamental Anos Iniciais e/ou Finais
	CED Darcy Ribeiro Paranoá	Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
	CEM 01 Paranoá	Ensino Médio
PLANALTINA	EC 01 do Arapoangas	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	EC 06 de Planaltina	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	CEF 04 de Planaltina	Ensino Fundamental Anos Iniciais e/ou Finais
	CED Pompílio Marques de Souza Planaltina	Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
	CEM 02 de Planaltina	Ensino Médio
SÃO SEBASTIÃO	EC 104 São Sebastião	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	EC Dom Bosco São Sebastião	Ensino Fundamental Anos Iniciais
	CEF Miguel Arcanjo São Sebastião	Ensino Fundamental Anos Iniciais e/ou Finais
	CED Zumbi dos Palmares São Sebastião	Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio

	CEM 01 São Sebastião	Ensino Médio
--	----------------------	--------------

Fonte: Elaborado pelo autor

No processo de análise dos resultados, os documentos foram pesquisados conforme as áreas-chave, extraídas da análise conjunta das Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar e das legislações pertinentes, foram identificadas quatro áreas principais: denominação, estrutura física da biblioteca, tipos de livros e recursos pedagógicos e, por fim, profissionais (com registros ou não no CRB) atuantes na biblioteca, sendo a “Denominação” uma relação de como as escolas definem ou se referem aos espaços onde ficam alocados os livros e materiais de informação; a “Estrutura física” como uma compilação de descrições dadas pelas escolas acerca do espaço físico disponível para alocação da biblioteca ou sala de leitura; o “Acervo e recursos pedagógicos” um compilado de descrições dadas pelas escolas acerca do que a escola possui de livros e materiais pedagógicos alocados na biblioteca ou sala de leitura; e “Profissionais atuando na biblioteca escolar” uma relação de como as escolas se referem a presença e denominação dada aos profissionais alocados na biblioteca ou sala de leitura.

De cada área-chave surgiram as categorias relacionadas, que podem ser entendidas como os agrupamentos de conteúdos que se relacionam de maneira semântica e/ou pragmática, sendo, as relações semânticas referentes às conexões entre palavras e expressões com base em seu significado, incluindo conceitos como sinonímia, antonímia, hiponímia e polissemia, fundamentais para a compreensão do sentido das frases (Lyons, 1977), já as relações pragmáticas envolvem a interpretação do significado no contexto em que a linguagem é utilizada, considerando fatores como intenção comunicativa, implicaturas e atos de fala, sendo essenciais para entender como o contexto e o conhecimento prévio afetam a interpretação (Levinson, 1983). Esses conceitos são complementares, pois a semântica se concentra no significado literal, enquanto a pragmática aborda o uso da linguagem em situações reais. O campo descrição significa o que o documento vai apresentar de acordo com cada categoria (Quadro 2).

Quadro 2. Categorias emergentes com base nas análises dos Projetos Políticos Pedagógicos.

ÁREAS - CHAVE	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Denominação	Biblioteca Escolar	O documento indica que a escola contém uma biblioteca.

	Sala de Leitura	O documento indica que a escola contém uma sala de leitura.
	Biblioteca Escolar/ Sala de Leitura	O documento indica que a escola usa esses dois termos para se referir ao local, onde ficam os livros e materiais de informações.
	Não Possui	O documento não indica informações acerca da área.
Estrutura Física da Biblioteca	Espaço Ótimo	O documento indica que a escola possui um espaço ótimo, mas não descreve a estrutura.
	Espaço Bom	O documento indica que a escola possui um espaço bom, mas não descreve a estrutura.
	Espaço Regular	O documento indica que a escola possui um espaço regular, mas não descreve a estrutura.
	Espaço Insuficiente	O documento indica que a escola possui um espaço insuficiente.
	Espaço Regular/ Mobília e recursos	O documento indica que a escola possui um espaço regular e algumas mobílias e recursos diversos.
	Mobília e Recursos	O documento indica que a escola possui algumas mobílias e recursos diversos.
	Não Consta	Não indica informações acerca da área.
Tipos de livros e recursos pedagógicos	Material Pedagógico	O documento indica que o espaço possui material pedagógico.
	Literatura/Material Pedagógico	O documento indica que o espaço contém material de literatura/material pedagógico.
	Literatura	O documento indica que o espaço contém material de literatura.
	Literatura Infantojuvenil	O documento indica que o espaço contém material de literatura infantojuvenil.
	Literatura Infantojuvenil/Material Pedagógico	O documento indica que o espaço contém material de literatura infantojuvenil e material pedagógico.
	Não Consta	O documento não indica informações acerca da área.
Profissionais (com registros ou não no CRB) atuantes na biblioteca	Funcionários readaptados	Professores e/ou outros servidores alocados para o atendimento nesse espaço.
	Bibliotecários	Funcionário indicado no documento como bibliotecário.
	Não consta	O documento não indica informações acerca da área.

Fonte: Elaborado pelo autor

Como toda pesquisa, essa também apresenta algumas limitações. A principal limitação está relacionada à disponibilidade e ao acesso aos documentos necessários para a análise, pois alguns documentos podem estar desatualizados.

Além disso, a análise documental, apesar de fornecer informações valiosas, pode não capturar todas as nuances e complexidades do tema estudado. Para amenizar essas limitações, foram utilizados documentos de naturezas diferentes.

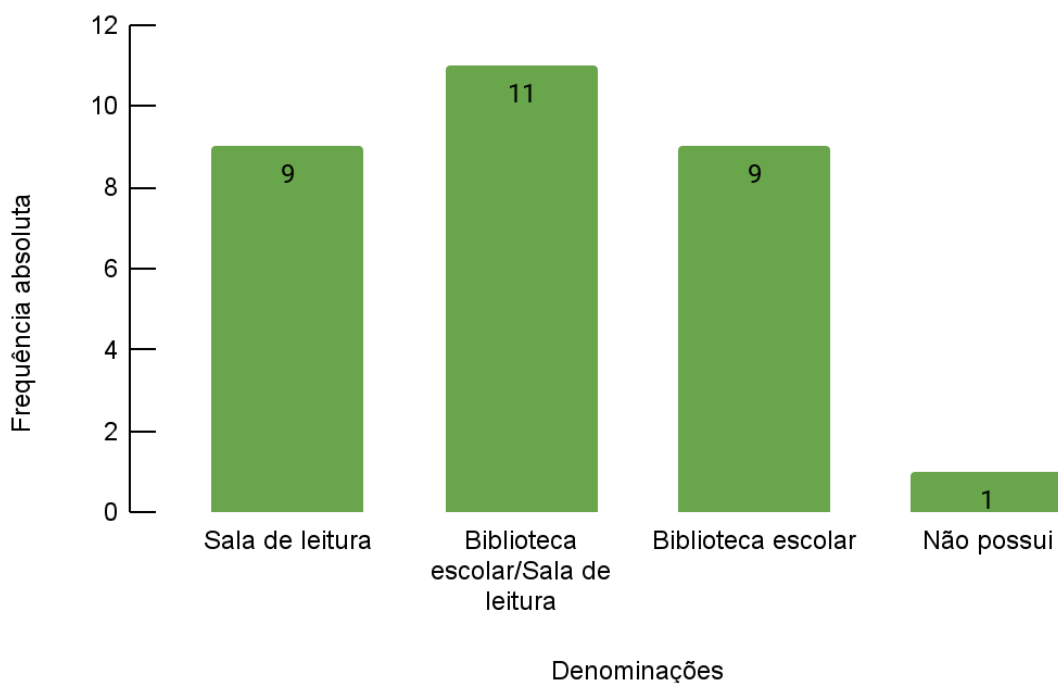
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa buscou analisar os Projetos Políticos Pedagógicos de 30 escolas públicas distribuídas em cinco Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal. Conforme o Censo Escolar 2023, essas regiões atendem um total de 825 unidades escolares e 464.977 alunos da rede pública (Brasil, 2024). A lista de instituições contempla as seguintes modalidades: Escola Classe (EC) (Ensino Fundamental - Anos Iniciais), Centro de Ensino Fundamental (CEF) (Ensino Fundamental - Anos Iniciais e/ou Finais), Centro Educacional (CED) (Ensino Fundamental e Médio), Centro de Ensino Médio (CEM) (1ª, 2ª e 3ª série). As escolas escolhidas levam em consideração a extensão e abrangência dos documentos disponibilizados, e apesar de não representarem o contexto geral do ambiente educacional, possibilitaram o estabelecimento de relações e recortes menores sobre a atual situação das bibliotecas escolares. Os documentos foram analisados por áreas-chave, apresentadas a seguir.

4.1 Denominações

A primeira área-chave diz respeito às denominações “sala de leitura”, “biblioteca escolar” e “Biblioteca Escolar/ Sala de Leitura” para se referir ao local, onde se encontram os livros e materiais informativos, da comunidade escolar, destinados às atividades e aos projetos escolares. A figura 1 mostra que a maioria das escolas denomina esses espaços de “Biblioteca Escolar/ Sala de Leitura”. Isso significa que a escola usa esses dois termos para se referir ao local, onde ficam os livros e materiais de informações. Apenas em um documento pesquisado não consta informações acerca do espaço.

Figura 1. Denominações atribuídas aos espaços, onde estão guardados os livros e materiais de informação.



Fonte: Elaborado pelo autor

Apesar de as escolas usarem as denominações supracitadas nos documentos oficiais, segundo a lei n.º 14.837, de 2024, somente é denominada biblioteca escolar, o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, que disponibiliza e democratiza a informação, ao conhecimento e às novas tecnologias nos diversos suportes; que promove as habilidades, as competências e as atitudes que contribuem para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, em especial no campo da leitura e da escrita; que se constitui como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem; e que se apresentam como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios. Portanto, pode se inferir que as escolas não podem mais usar o termo salas de leitura para se referir ao espaço, que contém livros e materiais informativos, visto que há obrigatoriedade de haver pelo menos

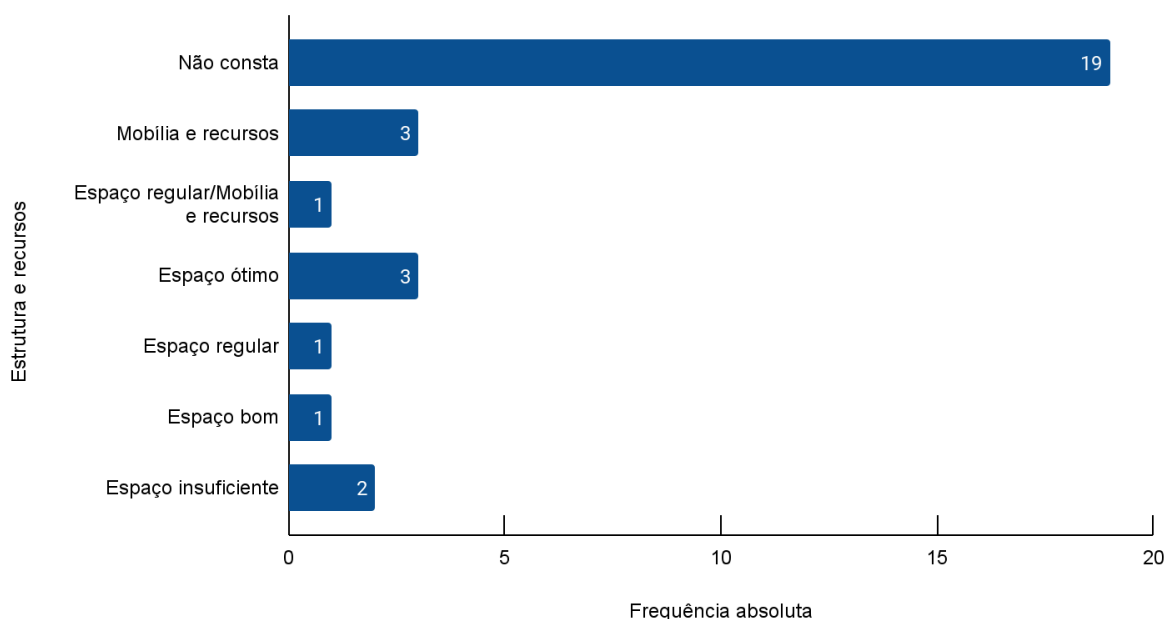
uma biblioteca escolar por unidade educacional, com a presença de um bibliotecário (a), que deve atuar para cumprir a legislação pertinente.

Assim, o uso dos termos biblioteca escolar ou o uso da alternância entre biblioteca escolar e sala de leitura mostra, por parte dos responsáveis pelos PPPs, que não há conhecimento pleno acerca das legislações que definem o que seja uma biblioteca escolar. Destaca-se ainda, que além das funções estabelecidas para a biblioteca escolar pela lei n.º 14.837, de 2024, as Leis n.º 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, que ancoram o exercício do bibliotecário, afirmam que a denominação "biblioteca escolar" requer a atuação do profissional bacharel em Biblioteconomia.

4.2 Estrutura física

Em relação à área-chave "estrutura física", os dados mostram que a maioria das escolas não apresenta a descrição desses espaços. Apenas quatro escolas fazem referência à mobília e aos recursos, isto é, apresentam a descrição do mobiliário disponível (mesas, cadeiras, estantes etc.) e/ou recursos (computadores, internet, impressora, aparelhos eletrônicos etc.), e oito escolas referem-se à dimensão dos espaços destinados à sala de leitura. Ainda segundo a avaliação dos próprios documentos, somente cinco escolas consideram esses espaços como ótimos ou adequados, como mostra a figura 2.

Figura 2. Estrutura e recursos apresentados nos Projetos Políticos Pedagógicos.



Fonte: Elaborado pelo autor

No que diz respeito à lei n.º 14.837, de 2024 artigo 2, inciso III e IV, a BE precisa

[...] constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem e apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios (Brasil, 2024)

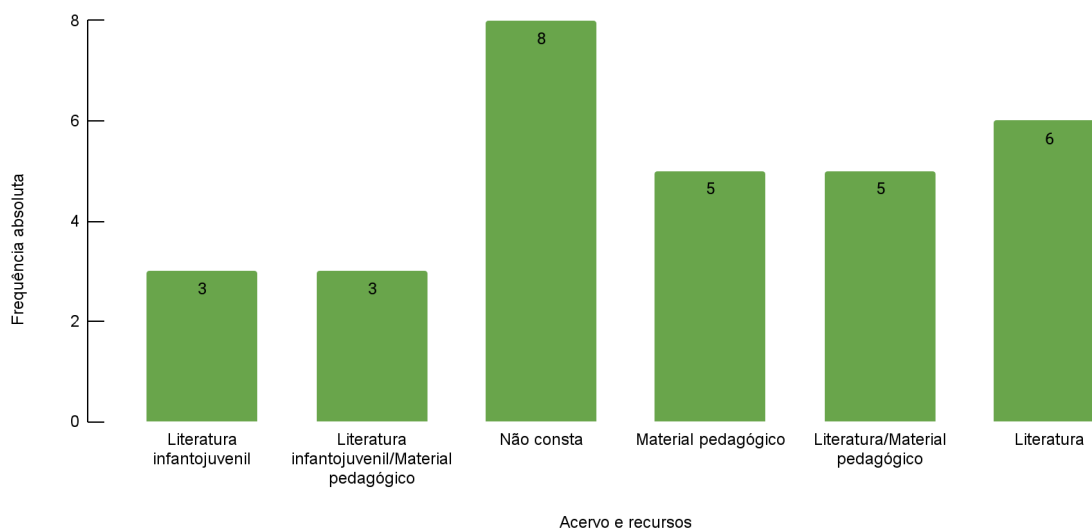
Nessa lei, cria-se o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), a ser implementado pelo sistema educacional público. Tal sistema deve “estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, em atenção ao princípio da acessibilidade, a fim de que se constituam espaços inclusivos”. Apesar de a legislação não estabelecer critérios mínimos para configuração da infraestrutura da biblioteca, cabe aos gestores e à comunidade escolar adequar as suas instalações, a fim de fornecer as condições necessárias para que a biblioteca atinja sua finalidade.

4.3 Acervo e recursos pedagógicos

Sobre o acervo e os recursos pedagógicos, dos 30 PPPs analisados, oito não apresentaram nenhuma informação em relação ao acervo; seis indicaram ter literatura infantojuvenil e 13 mencionaram o material pedagógico. Somente 11

escolas afirmaram possuir acervo literário, mas não fizeram nenhuma especificação, como observado na Figura 3.

Figura 3. Acervo e recursos pedagógicos apresentados pelas escolas como parte do material da biblioteca e/ou sala de leitura.



Fonte: Elaborado pelo autor

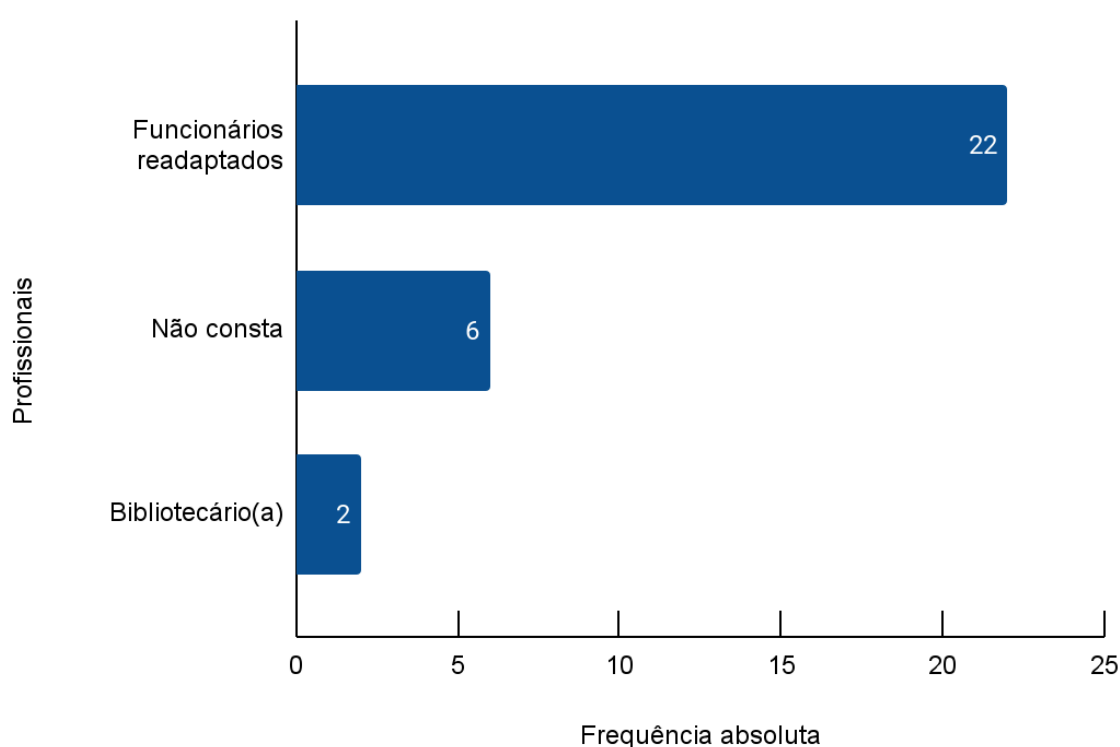
A lei n.º 14.837, de 2024, menciona no Artigo 2-A a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Além disso, o Inciso III menciona que cabe ao SNBE a função de “definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, com base no número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e nas especificidades da realidade local”. Portanto, a própria lei apenas indica o quantitativo de livros que devem estar presentes no acervo, e que este deve corresponder ao número de estudantes, mas não faz menção a composição, ou seja, quais os tipos de livros e temáticas, deixando em aberto o entendimento sobre o desenvolvimento do acervo.

Os gestores e a comunidade escolar têm como norteadores os programas PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) e PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), além da Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica para compor seus acervos. Porém, falta competência para o desenvolvimento desses acervos, competências mínimas exigidas e atribuídas aos bibliotecários pelas leis n.º 4.084/1962 e lei n.º 9.674/1998.

4.4 Profissionais atuando nas bibliotecas

Em relação aos profissionais atuantes nas bibliotecas escolares, os dados mostram que a maioria das escolas tem como responsável pela biblioteca ou sala de leitura um funcionário readaptado, ou seja, professor ou demais funcionários da escola afastados de suas funções por alguma limitação. Apenas duas escolas declararam ter bibliotecário. Os dados são apresentados na figura 4.

Figura 4. Profissionais responsáveis e/ou atuantes nas bibliotecas e salas de leitura das escolas do Distrito Federal.



Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados mostram que a presença dos bibliotecários é mínima ou quase inexistente. O bibliotecário é o profissional reconhecido por lei para gerenciar e dinamizar as bibliotecas escolares. Sobre isso, Carvalho e Gasque (2018) enfatizam a importância da formação continuada dos bibliotecários no contexto do letramento informacional. Os autores destacam que a atuação do bibliotecário transcende a simples gestão de coleções, posicionando-o como um educador capaz de mediar o acesso e a utilização crítica da informação. Nesse sentido, a formação continuada torna-se essencial para que esses profissionais acompanhem as rápidas mudanças

no cenário informacional e tecnológico. Portanto, eles precisam aprimorar as competências pedagógicas e tecnológicas para melhor atender às demandas dos usuários.

O Conselho Regional de Biblioteconomia - 1º Região vem tomando medidas contra a ausência de bibliotecárias na SEEDF, que possui um número insuficiente para a quantidade de escolas que dispõem

No último mês de fevereiro, em plenária extraordinária de julgamento, o Conselho Regional de Biblioteconomia – 1. Região (CRB-1) proferiu voto acerca da situação das 476 bibliotecas de escolas públicas administradas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que não contam com a presença de profissionais bibliotecários (Araujo, 2024).

Ainda sobre a situação da SEEDF acerca do cumprimento da Lei 12.244/2010

O Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região (CRB-1), em atendimento à Lei 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País e visando a regularização das bibliotecas escolares do Distrito Federal, informa que no dia 29/6/2023 foi encaminhada denúncia ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) contra a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) referente a ausência de bibliotecários em suas bibliotecas escolares (Araujo, 2023).

Esses resultados podem ser ainda discutidos à luz da Portaria n.º 380, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências, oferecendo diretrizes detalhadas para a organização e funcionamento das bibliotecas escolares e comunitárias. Ela destaca a importância da biblioteca como espaço de aprendizagem e inclusão, especificando critérios para acervo, estrutura física, atribuição dos profissionais responsáveis e atividades pedagógicas a serem realizadas, como, por exemplo, o uso constante da denominação “biblioteca escolar” em todo o corpo do documento ou como em seu artigo 3 incisos I, II, III, IV e V:

Art. 3º A biblioteca escolar deve atender aos seguintes critérios:
I - contar com acervo formado por obras bibliográficas, cartográficas, videográficas, documentais e outras registradas em diferentes suportes para fins de pesquisa, estudo e leitura;

II - contar com acervo bibliográfico composto de, no mínimo, 01 (uma) obra para cada aluno matriculado, cabendo à unidade escolar criar estratégias de ampliação do acervo conforme sua realidade;

III - contar com espaço composto por mobiliário apropriado (mesas de estudo individual e em grupo, cadeiras, estantes, suportes para livros e outros), disposto conforme sua planta baixa, e, no mínimo, 01 (um) conjunto de equipamentos tecnológicos para o processamento organizacional da biblioteca (computador, impressora e outros), recursos informacionais variados, assim como eletroeletrônicos (aparelho de televisão, fones de ouvido, projetor multimídia e outros);

IV - contar com espaço sinalizado, por meio de placas com indicações técnicas (localização e identificação do acervo e outras), regras de conduta do usuário, bem como informações sobre as atividades da biblioteca;

V - contar com espaço higienizado, arejado, salubre e agradável aos usuários; [...] (Distrito Federal, 2018).

No qual são apresentados aspectos importantes para a estrutura e acervo das bibliotecas escolares e que não foram identificados de maneira clara e objetiva na maioria dos PPPs analisados.

4.5 Breves recomendações para melhoria das bibliotecas escolares do sistema público do Distrito Federal

Por meio dos PPPs das escolas públicas selecionadas, observaram-se que as legislações recentes da área de biblioteconomia podem contribuir muito para o desenvolvimento de um sistema público de bibliotecas escolares. Adicionalmente, são propostas algumas recomendações, que, também, visam o progresso e a consolidação desse sistema:

- Implementar medidas rigorosas para garantir o cumprimento da lei que prevê a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino.
- Intensificar a fiscalização para assegurar que cada escola conte com bibliotecários qualificados.
- Estabelecer parcerias entre as escolas, o Ministério Público e outras entidades, como os Conselhos Regionais e Federal de Biblioteconomia, para monitorar o cumprimento das normas e denunciar irregularidades.
- Desenvolver políticas educacionais que integrem as bibliotecas no currículo escolar, promovendo atividades interdisciplinares, que incentivem o uso frequente e variado desses espaços.
- Estabelecer diretrizes claras para que os PPPs das escolas incluam a biblioteca como parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem,

garantindo que esses espaços sejam utilizados de maneira eficaz para apoiar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

- Promover programas de formação continuada para professores e bibliotecários, capacitando-os para integrar efetivamente as bibliotecas no planejamento pedagógico, isso inclui o desenvolvimento de competências em tecnologia da informação e comunicações (TIC) para maximizar o uso de recursos digitais.
- Incentivar a contratação de bibliotecários formados e registrados, conforme é exigido pela legislação, para gerenciar as bibliotecas escolares.
- Destinar recursos financeiros específicos para a criação, adaptação e modernização das bibliotecas, incluindo a atualização e ampliação de acervos e a melhoria das instalações físicas.
- Explorar projetos de parcerias com empresas privadas para complementar o orçamento destinado às bibliotecas escolares.
- Fomentar a participação ativa da comunidade escolar na gestão e nas atividades das bibliotecas, criando um sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada.
- Organizar eventos e projetos comunitários que destaquem a importância da biblioteca como um espaço democrático de acesso ao conhecimento.

Além disso, recomenda-se que as bibliotecas utilizem os modelos existentes de Plano de orçamento para a biblioteca escolar, modelo de lista de verificação para avaliação da biblioteca (Modelo canadense), lista de verificação para avaliação da biblioteca escolar para diretores (Modelo americano), que podem ser adaptados e aplicados ao contexto das escolas públicas do Distrito Federal. Tais modelos estão disponíveis no documento “Diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) para a biblioteca escolar”², de 2015, localizado no apêndice do documento.

² INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho investigou o papel das bibliotecas escolares no planejamento pedagógico de escolas públicas do Distrito Federal, destacando as lacunas existentes e as oportunidades de melhoria. A pesquisa revelou que, apesar de as bibliotecas serem reconhecidas como um componente vital para o desenvolvimento educacional, a integração efetiva no processo pedagógico ainda é limitada por diversos fatores e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) são uma ferramenta útil na análise e fiscalização das bibliotecas escolares por terem uma mínima fundamentação na legislação educacional.

Primeiramente, a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) evidenciou que algumas escolas não possuem bibliotecas com estruturas adequadas, sendo, frequentemente, denominadas apenas como "salas de leitura". Este fato aponta para uma falta de entendimento sobre o papel crucial que as bibliotecas desempenham na formação de estudantes com pensamento crítico e bem-informados.

Além disso, a carência de profissionais qualificados, como bibliotecários, em muitas escolas do Distrito Federal é um obstáculo significativo. Apenas uma minoria das unidades conta com bibliotecários, o que contraria a legislação vigente que exige a presença desses profissionais para o funcionamento adequado das bibliotecas escolares. Essa ausência impacta diretamente a qualidade dos serviços oferecidos e limita o potencial das bibliotecas como centros de aprendizado.

A pesquisa demonstrou que as bibliotecas escolares são mais do que simples depósitos de livros. Elas são espaços essenciais para o desenvolvimento do letramento informacional e para a promoção da cultura e do conhecimento. No entanto, para desempenharem plenamente seu papel, é fundamental haver um esforço conjunto dos gestores, educadores e da comunidade escolar para superar os desafios atuais.

O fortalecimento das bibliotecas escolares requer investimentos contínuos, políticas públicas efetivas e o comprometimento de todos os atores envolvidos no processo educacional. Somente assim será possível transformar as bibliotecas em verdadeiros pilares do aprendizado e do desenvolvimento humano, contribuindo significativamente para a qualidade da educação no Distrito Federal e em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A.; VIEIRA, R. M. **Bibliotecas Escolares e o Planejamento Pedagógico**. São Paulo: Educacional, 2018.

ARAUJO, Daniel. **CRB-1 encaminha denúncia ao MPDFT contra a SEEDF por ausência de bibliotecários(as) nas bibliotecas escolares**. CRB-1. 20 jul. 2023. Disponível em:

<https://crb1.org.br/site/2023/07/crb-1-encaminha-denuncia-ao-mpdft-contra-a-seedf-por-ausencia-de-bibliotecariosas-nas-bibliotecas-escolares/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

ARAUJO, Daniel. **CRB-1 multa SEEDF pela facilitação do exercício irregular da profissão e pela inexistência de bibliotecários em 476 bibliotecas de escolas públicas do DF**. CRB-1. 12 mar. 2024. Disponível em:

<https://crb1.org.br/site/2024/03/crb-1-multa-seedf-pela-facilitacao-do-exercicio-irregular-da-profissao-e-pela-inexistencia-de-bibliotecarios-em-476-bibliotecas-de-escolas-publicas-do-df/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

AZEVEDO, K. R. DE.; OGÉCIME, M. O Papel do Bibliotecário como Mediador da Informação na Busca pelo Letramento Informacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.20396/rdbci.v018i0.8654473>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas**. Brasília–DF: Inep, 2024. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2023.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da União, Brasília–DF, 25 maio 2010. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial da União, Brasília–DF, 19 de julho de 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. Brasília–DF: Presidência da República, 1962. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 9 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília–DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Bibliotecário. Brasília–DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9674.htm. Acesso em: 9 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/despublicados/pronacampo/i-eixo-gestao-e-praticas-pedagogicas/programa-nacional-biblioteca-da-escola-pnbe-tematico>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/pnld/programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico-pnld>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CAMPELLO, B. S. **Biblioteca Escolar: A Construção de uma Proposta Pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARVALHO, L. F.; GASQUE, Kelley Cristine G. D. Formação continuada de professores e bibliotecários para o letramento informacional: a contribuição da EaD. **Transinformacao**, v. 30, p. 107-119, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-08892018000100009>. Acesso em: 09 ago. 2024.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORREA, C. C. M.; DORO, F. G. Origem e trajetória do plano nacional do livro e do material didático e a relação com o desenvolvimento de formação de leitores. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/225724>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 15, de 11 de fevereiro de 2015**. Dispõe sobre o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília - DF, 2015. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=042da4ca93494c479fffb17c7b085875. Acesso em: 18 set. de 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 380, de 23 de novembro de 2018**. Dispõe sobre a organização e funcionamento das bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília - DF, 2018. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=042da4ca93494c479fffb17c7b085875. Acesso em: 18 set. de 2024.

FERREIRA, A. P. **Planejamento Educacional e a Biblioteca Escolar**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GASQUE, K. C. G. D. Comportamento, Letramento Informacional e Pesquisas sobre o Cérebro: Aplicações na Aprendizagem. **Informação em Pauta**, v. 2, n., 2017.

Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20649/31076>. Acesso em: 6 ago. 2024

GASQUE, K. C. G. D.; FIALHO, J. F. Letramento Informacional e Currículo. **Ponto de Acesso**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 70–89, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12265>. Acesso em: 9 ago. 2024.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Bibliotecas Escolares: Tendências Globais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, p. 5-16, maio/ago. 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.19132/1808-5245223.36-55>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Centro de Recursos de Aprendizagem: Biblioteca Escolar para o Século XXI. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 138-153, jan./abr. 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.20396/rdbci.v11i1.1656>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. [S.l.], 2015.

Disponível em:

<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA School Library Manifesto**. [S.l.], 2021. Disponível em:

https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla_school_manifesto_2021.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**.

Tradução: Neusa Dias de Macedo. São Paulo, 1999. Disponível em:

<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LOPES, J. R.; ROCHA, C. L. **Integração das Bibliotecas no Planejamento Escolar**. Brasília: UnB, 2017.

LOPES, L. M.; SOUZA, R. J. Biblioteca escolar no contexto do projeto palavras andantes: a importância da coletividade e de políticas públicas para a consolidação do leitor – um estudo em bibliotecas do sul do Brasil. **Biblioteca Escolar em**

Revista, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/224154>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MARQUES, C. L.; GASQUE, K. C. G. D. A Influência dos Estilos de Aprendizagem na Aplicação de Atividades de Letramento Informacional. **Em Questão**, v. 29, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.129046>. Acesso em: 7 ago. 2024.

MELO, S. V. **A Biblioteca Escolar e o Desenvolvimento de Competências**. Recife: UFPE, 2015.

MIRANDA, C. C. DE.; BRAGA, D. S.; CAVALCANTI, A. P. C. Bibliotecas Escolares e Salas de Leitura Importam para o Aprendizado dos Estudantes?. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/pbJhZ9HWvZbkqW68HQySjkb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MORAN, J. M. **Bibliotecas Escolares e o Desempenho Acadêmico**. São Paulo: Papyrus, 2013.

NUNES, M. S. C.; SANTOS, F. O. Mediação da Leitura na Biblioteca Escolar: Práticas e Fazeres na Formação de Leitores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 3–28, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24116>. Acesso em: 10 fev. 2024.

OLIVEIRA, D. A. **Planejamento Escolar: Teoria e Prática**. São Paulo: Cortez, 2014.

PAJEÚ, Hélio Márcio; ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de. A mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660541>. Acesso em: 9 ago. 2024.

RIBEIRO, R. J. A.; CRUZ, N. C. As Contribuições Pedagógicas do Bibliotecário Escolar na Promoção de Letramento Informacional em Tempos de Desinformação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 28, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2092/1744>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, M. A.; MACEDO, D. C. **O Papel da Biblioteca Escolar no Contexto Educacional**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

SILVA, L. T.; PEREIRA, F. M. **Desafios das Bibliotecas Escolares nas Escolas Públicas**. Goiânia: UFG, 2016.

VEIGA, I. P. A. **Planejamento Estratégico na Escola**. Campinas: Papyrus, 2012.

VIEIRA, R. M. **Gestão Escolar e Planejamento: Uma Abordagem Integrada**. São Paulo: Educacional, 2018.